

Ação do governo desagradada parlamentares

Rubem Azevedo Lima

A pecha de mentiroso, dada pelo secretário de Imprensa do Governo, Cláudio Humberto, ao líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro — que criticou o presidente Fernando Collor por não cumprir acordos interpartidários sobre as medidas do Plano Brasil Novo — constitui novo lance do relacionamento cada vez mais difícil entre Legislativo e Executivo, apesar das aparências em contrário.

Mas, diante de outros acontecimentos, o caso Ibsen-Humberto, alvo de duros protestos de parlamentares que se sentiram atingidos pelas palavras do secretário, é quase um episódio menor, no confronto entre governo e oposição congressional.

Mais graves do que as acusações de Humberto, na opinião de representantes situacionistas, são as feridas abertas no bloco parlamentar que apóia o governo, pelo modo como o ministro Bernardo Cabral, da Justiça, e os líderes Renan Calheiros e José Ignácio, comemoraram a vitória do Palácio do Planalto, na aprovação do Plano Brasil Novo, pelo Congresso. Os três enalteceram o apoio obtido pelo governo, de 38 dissidentes do PMDB. No gabinete do líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto — cuja bancada votou integralmente com o Executivo, nessa matéria — o descontentamento foi nota marcante, em face da conduta dos coordenadores políticos do presidente Collor.

Um vice-líder pedessista chegou a propor que o partido desse o troco, ao governo, nas próximas votações, especialmente no exame dos vetos presidenciais às emendas do Congresso ao Plano Brasil Novo, a serem decididos por voto secreto. A mesma reação tiveram parlamentares do PFL, PL, PTB, PDC e outros pequenos partidos, que contribuíram com 211 votos, para a aprovação do pacote Brasil Novo e viram os louros desse resultado serem creditados apenas à dissidência do PMDB.

Por sinal, mesmo alguns dissidentes peemedebistas não gostaram de ser apontados nominalmente à opinião pública como responsáveis pela aprovação do pacote, cujo êxito ainda não consideram infalível. Embora interessados em ter o apoio do governo, nas próximas eleições, os dissidentes reclamaram porque o ministro Bernardo Cabral citou, na televisão, os nomes de alguns deles, em vez de protegê-los.

Campanha

Outra circunstância que agitou o Congresso nos últimos dias, foi a divulgação, entre congressistas, de uma suposta pesquisa encomendada pelo Executivo, segundo a qual, mais de 60% dos brasileiros não se importariam se o Poder Legislativo não existisse.

O senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, concordou com o senador Mendes Canale, do PMDB de Mato Grosso do Sul, que viu, no noticiário insistente sobre abusos do Legislativo, em matéria de mordomias, uma campanha dirigida contra a instituição congressional, especialmente o Senado. Mostrou Passarinho que a opinião pública, nesse episódio, nunca é informada quanto ao fato de, no tocante ao uso de viaturas oficiais, por exemplo são os próprios senadores que pagam o combustível e a manutenção dos veículos.

Referiu-se o ex-ministro ainda aos exageros que se propagam sobre a cessão de passagens aéreas aos senadores, argumentando que é muito “difícil explicar tudo isso ao povo, quando existe uma intenção deliberada de atingir o Poder Legislativo”. Segundo Passarinho, em alguns casos, ocorrem manipulações dos fatos, para comprometer as instituições. Exemplo disso — explicou ele — foi a divulgação de valores mentirosos dos subsídios parlamentares, feita por meios de comunicação de massa, em São Paulo, para desmoralizar o Legislativo.

Estranheza

A propósito, o senador Cid Sábóia de Carvalho, do PMDB do Ceará, alertou para o que considerou “fatos estranhos do grave momento nacional”, que são as versões sempre deturpadas da imagem do Legislativo.

Embora deputados e senadores evitem atribuir a alguém, especificamente, a responsabilidade pelo que definem como campanha contra o Legislativo, uma parte do Congresso considera tal fato de interesse restrito. Trata-se-ia, segundo estes, de pressionar o legislativo para impedir que os vetos governamentais às emendas de senadores e deputados, ao Plano Brasil Novo sejam rejeitados.

Outra parcela, no entanto, encara a campanha dentro de uma teoria conspiratória mais ampla, por entender que a soberania do Congresso pode tornar-se obstáculo à realização de interesses políticos internos ou objetivos econômicos internacionais.

Mesmo os que se recusam a admitir a existência de tão amplos projetos conspirativos concordam, porém, em que, na pior hipótese, conviria a setores radicais do governo — que se têm caracterizado por adotar decisões à revelia da sociedade — que o Congresso estivesse disponível como bode-expiatório, no caso de fracasso do plano de estabilidade econômica. Esse plano prevê a solução satisfatória do problema da dívida externa brasileira (o que parece improvável aos especialistas, a considerar o que ocorreu com o México, após os acordos com os EUA e com o FMI). Além disso, o esvaziamento do Congresso — para vários congressistas — impediria que o Legislativo funcionasse como pólo político decisório, para enfrentar a recessão econômica que os economistas prevêem; ou como desaguadouro da inconformidade dos pequenos e médios poupadores, cujas poupanças foram bloqueadas pelo governo; do drama dos servidores demitidos; do aumento do número de brasileiros desempregados; da paralisação da máquina administrativa etc.

Mas, para alguns parlamentares — entre os quais o líder do PTB, deputado Gastone Righi, que apoiou o pacote econômico — algumas concessões governamentais começam a preocupar. É o caso, na opinião do líder, do recuo do governo, face às pressões de multinacionais, que, a seu ver, forçaram a decisão da equipe econômica de Collor, de liberar recursos para a indústria automobilística, enquanto as empresas brasileiras enfrentam grandes dificuldades para produzir.

Por todos esses motivos, o ex-presidencialista Aureliano Chaves advoga a união de todos, no Congresso, em defesa da ordem democrática.